

Antonio Callado e a **Madona do Cedro**



Como se carrega uma cruz? É essa inusitada pergunta que Delfino Montiel

se faz nas passagens finais de “A Madona do Cedro”, romance de Antonio Callado (1917-1997), publicado em 1957. O romance é um misto de *thriller* policial com reflexões em torno da culpa. A narrativa se desdobra na região histórica mineira, com a maior parte das cenas em Congonhas. É uma narrativa de tema barroco (ainda que redigida sem os rigores retóricos da prosa barroca). O autor é fluminense, de Niterói. A narrativa, no entanto, é mineira até a medula.

Em “A Madona do Cedro” tem-se um conflito permanente entre pecado e perdão. O autor explora o tema da sinceridade religiosa, no contexto da ambivalência entre pecar e perdoar. O enredo conduz para síntese conclusiva e otimista entre esses dois vetores da religiosidade, em sua dimensão prática, e não metafísica, ainda que metafísicos e práticos se encontrem de algum modo, algum dia. O conflito interno que agita o pecador é legado barroco que certamente alimentaria mais uma teoria freudiana do superego. Até onde pecamos? E até onde nos perdoamos?

O pano de fundo desse livro com sabor policial é o roubo de peças valiosas do barroco mineiro. O autor chama a atenção para com o descaso em relação a nosso legado histórico. Remete o leitor para o complexo tema da circulação fraudulenta e criminoso de peças valiosíssimas. O tema é de constante atualidade. Entre nós, o grande pesquisador no assunto é Marcílio Toscana Franca Filho, jurista que realmente merece a qualificação de “scholar”. Marcílio transita com muita segurança no minado campo que relaciona direito e arte.

Em “A Madona do Cedro” tem-se o furto de uma imagem de Nossa Senhora da Conceição, obra atribuída ao Aleijadinho. Presumo que seja estátua da Igreja Matriz de Congonhas (que foi Congonhas do Campo até 1948), antiga Freguesia de Nossa Senhora da Conceição. Há notícias de que o pai do Aleijadinho teria trabalhado no douramento da capela maior da Igreja.

Delfino Montiel, personagem central, é um católico fiel, que vive em ambiente de intensa religiosidade. Cuidava de uma pequena loja de artesanato. Vendia réplicas de peças barrocas em pedra-sabão. A loja fora do pai. Era um pequeno negócio familiar, que funcionava em um pequeno prédio que um dia Delfino iria comprar. Nessa compra, um dos focos do enredo. O personagem precisa de dinheiro para o negócio.

Um dia Delfino foi visitado por um conhecido de infância, o Adriano Mourão, filho de um açougueiro. O açougueiro morreu de desgosto, por tudo que Adriano o fez. Caso típico do bom pai e do mau filho, cujos antepassados mais comuns foram Marco Aurélio e Cômodo, imperadores romanos. A cidade não gostava do rapaz, a quem ligava a morte do pai. Adriano vivia no Rio. Com planos para Delfino, o levou para conhecer a praia. É o sonho de muito mineiro da montanha. É o que explicaria, topograficamente, a invasão cultural mineira ao Rio de Janeiro, e aqui me lembro de Drummond, Fernando Sabino, Hélio Pelegrino, Pedro Nava, Otto Lara Rezende, Cyro dos Anjos, e poderia chegar até Fernando Gabeira, que é de Juiz de Fora.

No Rio, Delfino conheceu Marta Ribas, por quem se apaixonou. Filha de um meticuloso funcionário de banco, Marta não conseguia que o pai autorizasse o casamento. Delfino não possuía nem mesmo uma casa. Uma temeridade casar-se com um moço de poucos recursos. Não daria certo. Delfino deveria ter pelo menos uma casa para que o casal morasse.

No desespero, Delfino seguiu ordem de Adriano e furtou a cobiçada estátua que batiza o livro: “A Madona de Cedro”. O furto se deu no contexto de outros furtos, dos quais Delfino não participa, mas que de algum modo poderiam ser ligados a Adriano: florões, medalhões e querubins de pedra-sabão, bem como o Santo Antônio da igreja franciscana de Ouro Preto, o Jeremias da Igreja de São João do Carmo, também em Ouro Preto, o São Miguel da Capela das Almas da igreja franciscana de São João Del-Rey, a Senhora do Pilar, a estátua de cedro de São João da Cruz, em Sabará, de onde furtaram um dos anjos atlantes do coro, na Ordem Terceira da Senhora do Carmo. Seria preciso um catálogo de obras de arte para instruir os autos do processo criminal.

Delfino protagonizou o rumoroso caso do “furto da semana santa”. A operação, planejada por Adriano, e realizada por Delfino, deu-se na hora da procissão. A religiosidade de Congonhas chegava ao ponto de um transe coletivo. Adriano (o mentor) se apresentava como um comprador de antiguidades, que viajava pelo interior de Minas. Trabalhava para um misterioso Juca Villanova, que justificava o interesse pelas obras de arte, dizendo enigmaticamente que se ocupava de “bens intransmissíveis”. Negava que revendia as peças. Afirmava que as queria para deleite próprio, e que zelava pelas obras, que punha a salvo de curiosos. Era uma figura estranha. Vestia-se com roupas berrantes. Parecia sempre frágil e doente, embora fosse enérgico ao falar. Sofria de asma. Tossia o tempo todo.

Há também um padre, frustrado com a atividade, ainda que a desempenhasse com muita dedicação. Sonhava em peregrinar pela Amazônia, convertendo índios, correndo perigo. Gostava de goiabada. Cuidava da Igreja, de seus fiéis, tomava confissões. Há também um sacristão, cujo passado era duvidoso. Era estranho. Coxo, com a perna em X, teria se aproveitado de uma mulher, que vivia perdida na estrada, que um dia apareceu morta a facadas, com o rosto esfacelado por pedradas. Há ainda uma beata que cantava nas procissões. Ao fim da narrativa sua aparição é essencial na potencialização da culpa de Delfino. A esposa de Delfino também era extremamente religiosa. Não admitia pecados. Odiava pecadores. Até que foi comunicada de que convivia com o pecado, e que dividia o leito conjugal com um pecador.

O furto repercutiu em Ouro Preto, Mariana e Sabará. As notícias chegaram até Belo Horizonte. Houve reações entre as autoridades religiosas no Rio de Janeiro. A estátua furtada era uma beatífica de cedro. Um autêntico Aleijadinho. Várias diligências foram feitas. Prisões ocorreram. Nada descobriram. Um crime perfeito, imaginava-se. Delfino aceitou a missão proposta por Adriano – furtar a imagem da santa – em troca do dinheiro que precisava para comprar a casa, sem a qual não haveria casamento. Os fins (sinceros, que predicavam no amor) justificavam os meios (pecaminosos) – pensou. A ação, no entanto, lhe sufocou a consciência, pelos anos que seguiram.

“A Madona do Cedro” explora na culpa de Delfino uma crise de consciência que é recorrente na linha retórica barroca. Delfino passou treze anos sem confessar, o que chamou a atenção de sua esposa e do padre. O que ocorria? Atribulado com o furto da santa, Delfino assumiu internamente a responsabilidade pela gravidade do delito, ao mesmo tempo um pecado. Passou a viver amargurado. E não há modo de vida pior que esse.

Ao mesmo tempo, “A Madona do Cedro” chama a atenção para a importância de nosso legado histórico e artístico. Nesse sentido, é um roteiro nacionalista. O autor, Antônio Callado, destacou-se como um crítico pensador dos problemas brasileiros. Irônico, cético, por vezes irreverente, acomodou na narrativa de “A Madona do Cedro” o tema irresistivelmente freudiano da culpa com as pegadas dos romances policiais. Coloca para o leitor provas verossímeis, mas ao mesmo tempo descartáveis. No fim da narrativa, as pistas fazem muito sentido.

Do ponto de vista sociológico “A Madona do Cedro” explora a vida de quem está no lado de dentro do balcão, no comércio do artesanato de apelo histórico. A história, nesse aspecto, é um bem de consumo. Quando é que isso teria se iniciado nas cidades históricas de Minas Gerais? O visitante, apressado ou não, apodera-se de um fragmento local, que passa a ser um componente biográfico essencial. Há notícias de uma célebre viagem, ocorrida na semana santa de 1924, quando Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Tarsília do Amaral, Dona Olivia Penteado e Goffredo da Silva Telles conduziram Blaise Cendrars pelas cidades históricas de Minas. Fora um passeio histórico e cultural memorável.

“A Madona do Cedro” é um livro composto em época de otimismo desenvolvimentista. Construía-se Brasília. Antonio Callado nos lembra que tanto progresso não podia desprezar o legado histórico. Nós que gostamos do Rio de Janeiro até hoje lamentamos a derrubada do Palácio Monroe. Tudo deve se processar em seu devido tempo, com as devidas cautelas, e com um máximo de previsão. “A Madona do Cedro” é um livro que se desdobra na proverbial calma mineira. Lembra-nos o narrador onisciente que tudo nesse mundo tem sua hora, exceto a hora do fim do mundo.

Date Created

27/12/2020